



POLÍTICAS TERRITORIAIS: O PAPEL DA ADECE NO CARIRI CEARENSE EM MEIO AS GRANDES OBRAS ESTRUTURANTES

Cícero Luciano Ferreira de Castro ¹

RESUMO

O presente artigo relata como as políticas territoriais aplicadas no cariri cearense priorizam os interesses de grandes corporações, sem se preocupar com as demandas sociais, sobretudo das pessoas que trabalham na agricultura familiar. Nesse sentido, o estado do Ceará através da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, que assume papel de destaque, vem gerenciando os interesses do capital, seguindo a lógica de políticas neoliberais visando a concentração acumulativa de capital. Sob essa perspectiva fica evidente um desmonte das forças produtivas menos rentáveis que em meio às grandes obras estruturantes aliadas ao discurso de que a agricultura familiar é atrasada resulta no aumento às desigualdades socioespaciais e prejudicam o modo de vida das pessoas que desenvolvem a agricultura familiar.

Palavras-chave: ADECE; Políticas territoriais, Obras estruturantes.

ABSTRACT

This article reports how territorial policies applied in Cariri Ceará prioritize the interests of large corporations, without being concerned with social demands, especially those of people who work in family farming. In this sense, the state of Ceará, through the Ceará State Development Agency – ADECE, which assumes a leading role, has been managing the interests of capital, following the logic of neoliberal policies aimed at the cumulative concentration of capital. From this perspective, a dismantling of the less profitable productive forces is evident amid large structural works, combined with the discourse that family farming is backward, resulting in increasing socio-spatial inequalities and harming the way of life of people who develop family farming.

Keywords: ADECE; Territorial policies, Structuring works.

INTRODUÇÃO

No atual contexto em que estamos inseridos, pode-se observar o desenvolvimento e execução de políticas territoriais que favorecem os interesses empresariais.

Portanto, entender as dinâmicas envoltas no processo de produção do espaço geográfico sob a perspectiva da lógica de acumulação do capital, no qual há um desmonte das forças produtivas menos rentáveis (KURZ, 2015) passa pela constatação das ações do Estado

¹ Professor da Educação Básica no Município de Juazeiro do Norte – CE. Mestre em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP, através de um convenio entre a Universidade Regional do Cariri – URCA no Ceará e a Universidade de São Paulo – USP em São Paulo, na forma de MINTER e vinculado ao Laboratório de Geografia Política, Planejamento Ambiental e Territorial – LABOPLAN, profmelucianocastro@gmail.com.



que vem agindo como gerente dos interesses das grandes empresas corporativas (SANTOS, 2014).

Nessa lógica o estado do Ceará vem cumprindo uma agenda que tem se mostrado determinante para atender aos interesses empresariais, criando leis e desenvolvendo grandes projetos estruturantes do espaço geográfico. Dessa forma, surgem tensões e conflitos juntos a parcela da população que sofre por não ter as demandas sociais atendidas pelo poder público.

Logo, na execução de políticas territoriais estruturantes do espaço, o estado do Ceará através da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, vem dando prioridade aos interesses empresariais ao invés de atender as demandas sociais. (SANTOS, 2012) como aponta Castro 2018.

A presente pesquisa tem por objeto averiguar as ações do estado do Ceará através da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, uma instituição pública de economia mista que participa de forma indireta do Governo do Estado do Ceará na aplicação e gerenciamentos de leis de incentivos fiscais buscando fomentar desenvolvimento sob a lógica acumulativa do capital em desfavor das forças produtivas menos rentáveis.

METODOLOGIA

Esta pesquisa inicia-se pela busca de embasamento teórico que dê sustentação ao objeto empírico estudado. Para que fosse possível a identificação da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE foram levantados dados secundários, por sua vez disponíveis no Diário Oficial do Estado do Ceará – DOE, possibilitando constatar a data de criação bem como algumas ações publicadas no Diário Oficial e também noticiadas nos jornais de grande circulação do estado do Ceará (Jornal Diário do Nordeste) e no endereço de site oficial da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE.

Além do levantamento de dados primários e secundários, o trabalho de campo foi importante e vem ajudando a compreender como se dão as tensões e conflitos gerados a partir dos processos de construções das grandes obras estruturantes do estado do Ceará, especificamente a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, a duplicação da CE 293, e pavimentação da CE 292 que ocorrem no sul do estado do Ceará entre os municípios de Barbalha, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

Seguidamente, após conversar com alguns representantes das forças produtivas menos rentáveis e analisar o conjunto de dados coletados através do embasamento teórico,



levantamento da pesquisa documental e trabalho de campo foi possível contestar os rumos tomados pelas políticas territoriais e suas obras estruturantes no estado do Ceará.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com a evolução técnico-científica-informacional (SANTOS, 2012), o ser humano ao (re)produzir o espaço o faz por meio do trabalho norteado pelas relações econômicas. Desse modo, novos espaços de produção surgem os quais são conferidos “uma espacialização produtiva” (CORRÊA, 1999, p.50). De natureza igual, Santos (1994) compreende que um novo arranjo espacial surge como resultado da redistribuição de funções de toda ordem sobre o território, como resultado da nova divisão do trabalho.

No processo de transformação do espaço geográfico tendo como recorte espacial o estado do Ceará, pode-se afirmar que para atender as necessidades de acumulação de Capital pelas grandes corporações, as forças sujeitadas a tais interesses passam por processos de modernização para ter condições de competitividade.

Nesse sentido, Santos (2014) afirma que o Governo privilegia os interesses das grandes corporação ao invés de atender as demandas sociais. De modo análogo Kurz (2015) afirma que nessa lógica de acumulação de Capital há forte tendência no que tange ao desmonte das forças produtivas menos rentáveis.

Outrossim, esse padrão estabelecido pelas forças produtivas gera uma produção do espaço geográfico pautada em políticas territoriais direcionadas à construção de obras estruturantes. O resultado desse comportamento vem gerando tensões nas quais a parcela dos trabalhadores que compõem as forças produtivas menos rentáveis são as mais prejudicadas.

Com o Estado assumindo o papel de gerente dos interesses capitalistas, como propõe Harvey(2005), o estado do Ceará criou por força da Lei Lei N° 13.960 de 04 de setembro de 2007 a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE sendo publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 10 de setembro de 2007 conforme afirmam Castro (2018).

Com tal característica a ADECE desde então vem participando da administração pública de forma indireta, quando participa de reuniões entre representantes do poder público e grupo de empresários para decidir quais políticas territoriais são implementadas através da construção de grandes obras estruturantes no estado do Ceará.



A macroorganização do espaço é formada pelas ações do Estado em conjunto com as atividades do circuito moderno. Dentro desse panorama, há forte tendência para concentração com efeitos acumulativos, (SANTOS, 2004). De acordo com uma economia globalizada o Estado se vê obrigado a acompanhar a modernização.

No processo de transformação do espaço e sob a perspectiva de análise do geógrafo Milton Santos podemos afirmar que o estado do Ceará por meio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE vem gerenciando os interesses econômicos a serviço do capital. Deixemos então que Santos exponha a própria análise oportuna para referida situação:

[...]. Ainda que o estado seja, precipuamente, representativo dos interesses dominantes, os governos levam em conta, às vezes sem discussão, as contingências da segurança nacional e, em escala bem menor, os interesses sociais, embora sejam levados a minimizá-los, já que os recursos são, com prioridade, utilizados a serviço do capital (SANTOS 2012b, p. 101).

Portanto, através do gerenciamento de políticas econômicas a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE vem participando da administração do estado do Ceará de forma indireta ao priorizar os interesses empresariais a serviço do capital.

Logo, as decisões administrativas priorizam os interesses das grandes corporações sobrepondo-se as demandas sociais (Harvey, 2005). Ademais, seguindo a lógica de acumulação do capital, há um desmonte das capacidades de produção menos rentáveis dentro do processo de produção do espaço geográfico (KURZ, 2015). É possível notar o discurso que empobrece a agricultura familiar colocando-a como atrasada ao mesmo tempo que enaltece a produção agrícola dentro da lógica de acumulação capitalista (FERNANDES, 2014).

De acordo com De Oliveira Santos e Lima(2012) o estado do Ceará vem sendo conduzido por políticas neoliberais nos últimos vinte anos.

O projeto de modernização do território cearense, levado a efeito pela liderança política neoliberal dos últimos vinte anos, associada aos interesses privados, optou claramente por uma integração excludente do território cearense ao sistema-mundo: integrou-se apenas o “Ceará moderno” ao mundo globalizado.(DE OLIVEIRA SANTOS:LIMA. p 68, 2012)

Logo, esse tipo de política pública dá condições para que as empresas de economia mista, com sua lógica neoliberal capitalista, tentem instalar no território cearense um modo de produção agrícola diferente.

Dessa forma, as empresas de economia mista vêm buscando substituir a agricultura familiar por uma agricultura a serviço do capital. Para Fernandes (2014) a agricultura camponesa e familiar são o mesmo sujeito.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao abordar a estrutura organizacional do estado do Ceará em sua política de desenvolvimento econômico materializada em incentivos fiscais e reestruturação do Estado (CASTRO, 2018) é de fundamental importância para compreender o desenvolvimento de políticas estruturantes (GONÇAVES Et All, 2016).

As estratégias para o agronegócio cearense, fomentadas pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE incorporam os segmentos econômicos da indústria, comércio, serviço, agronegócio empresarial, mineração e energia, com os objetivos de executar a política de desenvolvimento econômico do Ceará, atrair e incentivar novos negócios e investimentos, criar condições para a competitividade dos setores econômicos do estado e promover desenvolvimento econômico com equidade e sustentabilidade (ADECE, 2012).

De acordo com o levantamento de dados do Relatório Especial disponível na página virtual da ADECE foi possível identificar o valor do capital social, endereço da matriz, CNPJ bem como o Cadastro Nacional de Atividade Econômica da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, de acordo com o Quadro N° 1 disponível abaixo.

**Quadro N° 1 – Identificação da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará –
ADECE – 2021**

RAZÃO SOCIAL	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceara S.A ADECE
NOME FANTAZIA	ADECE
CNPJ	09.100.913/0001-54
DATA DE ABERTURA	21/10/2007
ENDEREÇO	Av Dom Luis, 807, Andar: 7;, Meireles, Fortaleza, CE, CEP 60160-230, Brasil
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	CNAE 8413200
CAPITAL SOCIAL R\$	105.510.145,00

FONTE: <<https://www.adece.ce.gov.br/download/relatorio-especial/>> Acessado em 12 de setembro de 2021.

Destarte, através do gerenciamento de políticas econômicas neoliberais a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE vem participando da administração do estado do Ceará de forma indireta ao priorizar os interesses empresariais a serviço do capital.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA, para o calendário base de 2017, aprovado pela Assembleia Legislativa e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em



30 de dezembro de 2016, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, pode receber através do Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI a quantia de R\$ 6.155.000,00 (seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais). Esse valor pode ser alterado para mais ou para menos, a partir da suplementação de folha, desde que atenda unicamente ao interesse público.

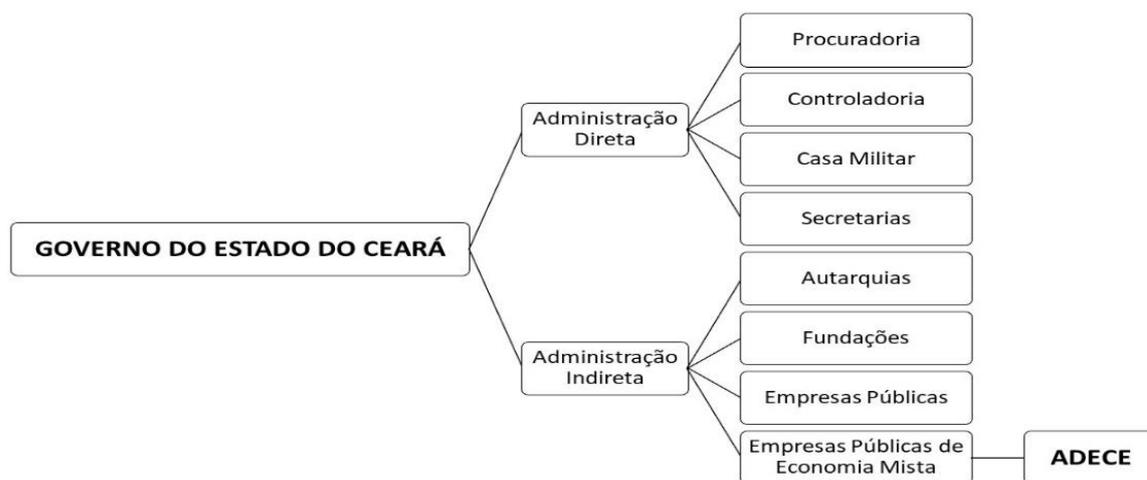
O segundo capítulo do Estatuto da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE trata do Capital Social e das Ações. No Artigo 4º fica instituído a quantia de R\$ 105.460.145,00 (cento e cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil e cento e quarenta e cinco reais) como Capital Social dividido em 105.460.145,00 (cento e cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil e cento e quarenta e cinco) Ações no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo o Estado o sócio majoritário, assegurado no Artigo 5º.

Para se tornar um sócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE e comprar uma ação tornando-se membro dessa sociedade anônima de economia mista, conquistando o direito de voto e/ou torna-se um dos membros da Diretoria ou Conselho Fiscal, é preciso após ser indicado pelo governador do Estado ter o nome aprovado pela diretoria atual, após rigoroso processo de análise de crédito, de antecedentes criminais e regularidade com os deveres civis, para então ser nomeado pelo governador do Estado, membro da sociedade anônima de economia mista, Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, como podemos observar no anexo único ao que se refere o Artigo 11 da Lei Nº 13.960 de 04 de setembro de 2007.

Nessa continuidade, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, se tornou o caminho pelo qual o Governo do Estado do Ceará vem priorizando os interesses das grandes corporações em detrimento às demandas sociais (SANTOS, 2014), causando desfortúnio para uma parcela da população que compõe as forças produtivas menos rentáveis (KURZ, 2015).

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE é constituída de uma sociedade de economia mista sob o controle acionário do estado do Ceará, fundamentada na Lei Nº 13.960, de 04 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 10 de setembro de 2007. Vinte e quatro dias depois da instituição da Nº 13.960 a Assembleia Geral da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE foi constituída, exatamente no dia 28 de setembro de 2007.

Figura 1 – ORGANOGRAMA DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ 2018



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.
Organização: CASTRO, 2021

A Diretoria de Infraestrutura norteadora por uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico concentra suas ações na logística internacional, infraestrutura, energia renovável, gerenciamento hídrico, incentivos tributários e financeiros e oportunidades de agronegócios competitivos.

Quanto à logística internacional, é importante ressaltar que o Ceará está inserido nas redes de transporte internacional, através das vias aéreas e marítimas, nessa perspectiva três equipamentos urbanos exercem função vital dentro da complexidade do sistema de objetos proposto por Milton Santos:

Mas para entender essa situação de vida, a noção de população, tão rica deve ser completada com uma outra noção, a de sistema, já que, como bem nota Braudillard (La Sociéte de Consommation, 1970, p20) poucos objetos são oferecidos sós. Eles também não funcionam isoladamente. (SANTOS 2014, p.71)

Os três equipamentos são: O Aeroporto Internacional Pinto Martins, o Porto do Pecém e os seis cabos submarinos de fibra óptica que garantem a circulação de informação, (DIAS, 2006; RAFFESTIN 1993), do Ceará para Europa, América Anglosaxônica e Latina.

Por estar vinculada diretamente ao Conselho Estadual de Desenvolvimento do Ceará a ADECE participa de forma indireta da administração pública. Essa empresa de economia mista participa ativamente das grandes obras estruturantes do estado do Ceará: Cinturão da



Águas do Ceara – CAC, duplicação da CE 293(ver figura 2) e pavimentação da CE 292. Nessas obras, o grupo composto de Diretores da ADECE buscou por meio de diálogos com o poder público, tanto Estadual quanto Federal, destravar aplicação de recursos financeiros para continuação dessas obras.

No desenvolvimento econômico do estado do Ceará, orientado pela lógica neoliberal de acumulação de capital e regulamentado pelo Decreto N° 29.183/08 há uma transformação do espaço agrário cearense, através de investimentos na indústria e no agronegócio empresarial.

Como coloca Rossini a agricultura passou a desempenhar papel importante na dinâmica da economia: Embora subordinada gradativamente à indústria: “Essa subordinação que nada mais é do que um processo de submissão ao capital” (ROSSINI 2017, p.135)

O geógrafo Milton Santos já havia observado que “a intervenção do Estado na economia pode ser feita através de investimentos”. (SANTOS 2004, p. 166). Logo, se o investimento empresarial será no setor primário ou secundário da economia, essa escolha ficará por conta do empresário, ficando para o estado do Ceará a tarefa de fomentar investimentos financeiros, seja por meio de incentivos fiscais ou da melhoria na infraestrutura, garantindo eficiência energética e hídrica.

Ademais a ADECE torna-se um protagonista sob a ótica de políticas neoliberais e como resultado a agricultura familiar sofre as consequências da implementação de políticas territoriais no contexto da implementação das grandes obras estruturantes.

Através não só da instituição de leis e decretos, mas também da construção de novas estradas a exemplo da construção do anel viário de Juazeiro do Norte; a construção da CE 292 (Figura 3) onde se inicia ao lado do aeroporto e vai até as áreas destinadas ao plantio de banana na margem da CE 293, esta por sua vez está sendo duplicada (Figura 2). É interessante notar que o trecho dessa estrada a ser duplicada corta exatamente as terras nas quais há cultivo de banana realizados tanto pelo Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME como pelo Sítio Barreiras Fruticultura LDTA.

Figura 2 – Missão Velha – CE: Obras de duplicação da CE 293



Foto: CASTRO, Dezembro de 2017

Figura 3 – Juazeiro do Norte – CE: Início da CE 292



Foto: CASTRO, Dezembro de 2017

Por último, e não menos importante, a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, assunto que abordaremos adiante, já que estamos discorrendo sobre fruticultura irrigada



é de suma importância considerar a gestão hídrica presente no circuito produtivo da banana em Missão Velha, já que ele está localizado no semiárido do Nordeste do Brasil.

Garantir a sobrevivência é interesse que todas as pessoas possuem em qualquer época histórica, desde o surgimento das grandes civilizações materializando-se no espaço geográfico a água sempre teve papel importante para manutenção da vida.

Hoje, com os avanços científicos, a técnica evoluiu bastante e o Estado teve que promover reestruturação nos seus equipamentos para acompanhar o modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo Capital.

A partir dessa perspectiva cria-se um discurso de desenvolvimento que perpassa pela busca de solução da problemática de escassez hídrica do estado do Ceará mas que ao final apenas atende aos das grandes empresas. (GONÇALVES:OLIVEIRA, 2009).

Dentro dessa perspectiva o gerenciamento hídrico no estado do Ceará torna-se objeto de medidas políticas que impactam diretamente na produção econômica do Estado e na condição de vida da população inserida no contexto da atividade agrícola.

De acordo com Brito (2016), o anúncio no ano de 2013 do investimento do Governo Federal realizado pela Presidenta Dilma com contrapartida do estado do Ceará, que tinha na época como Governador Cid Gomes, marcava o início das ações do Estado para construção das obras que tinham previsão de término em 2015.

Para o Estado tanto quanto para o grupo de empresário do setor do agronegócio, a água é enxergada como produto estratégico para acumulação de capital (GONÇALVES:OLIVEIRA, 2009). As obras de transposição das águas do Rio São Francisco, sob a responsabilidade do Governo Federal e o Cinturão das Águas do Ceará – CAC, obra que dispõe de recursos Estaduais e Federais através do Ministério da Integração tornou-se a solução apontada pelo governo do Cearense para sanar o problema da escassez de água e tentar criar atrativos para empresários que queiram investir na indústria e no agronegócio.

De acordo com Nobre (2017), existem comunidades que estão sofrendo com a construção do CAC. A comunidade Baixio dos Oitis é formada por agricultores que trabalham em terras arrendadas, cujo cultivo principal é milho, feijão fava e macaxeira, além disso eles também produzem cajá e diversos tipos de hortaliças. O que é produzido por eles é comercializado entre os sítios vizinhos, num percurso feito de bicicleta e carroça puxada por animais.

A condição de vida no Baixio dos Oitis se repete nas comunidades Sítio Chapada, Sítio Muquém e Sítio Palmeiras. Juntas essas comunidades totalizam 308 famílias (NOBRE,



2017). Para essas famílias as obras do Cinturão das Águas do Ceará – CAC trará efeitos negativos, pois as mesmas terão de ser realocadas para dar lugar ao processo de modernização imposto pelos interesses do Capital.

Para Castro (2020).

Essa situação traz à tona conflitos territoriais tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, que para serem resolvidos necessita da sensibilização dos governantes desenvolvendo políticas que atendam às demandas sociais da população e não apenas os interesses empresariais.(CASTO, 2020 p. 213)

Como pode ser observado, o caminho a ser percorrido requer implementação de políticas territoriais que priorizem todas as forças produtivas incluindo as menos rentáveis. Para tanto, faz-se necessário ações governamentais isonômicas, isto é, que proporcionem imparcialidade, justiça e regularidade.

Portanto, todo conjunto de ideologias jogados sobre a agricultura familiar tornando-a pobre e sem lucratividade faz parte da lógica neoliberal capitalista. De acordo com Vasconcelos e Lima

Esse é um dos aspectos que reforça o fato de o espaço cada vez mais receber fluxos e influenciar a reestruturação, com as inovações da técnica, com a desenfreada busca por acumular capital e satisfazer o consumismo. É isso que revela a crise global do sistema produtivo, com mudanças nas relações de trabalho, influenciando a sociedade na reconstrução do espaço [...]. (VASCONCELOS:LIMA, p108, 2011).

Nesse sentido, há também a necessidade de representatividade das forças produtivas menos rentáveis nos locais de tomada de decisão que estão para além das reuniões de associações ou comitês, bem como reuniões administrativas para aprovação de PPA (Plano Plurianual) que só servem para legitimar políticas públicas excludentes em razão do pouco esforço do poder executivo na divulgação dessas reuniões assim como na explicação de sua importância.

A pesquisa de campo evidenciou situações como a do senhor Argemiro. Típico trabalhador agrícola rural, homem de aproximadamente 54 anos de idade, constituiu família, sempre dependendo das atividades agrícolas. Sua esposa Dona Josefa, assim como o marido, não frequentou a escola, restando-lhe os ofícios de dona de casa e agricultora. Juntos tornaram-se pais de sete filhos, dos quais apenas quatro sobreviveram. Esses em busca de melhores condições de vida, viajaram para o Sudeste e Centro-Oeste do país para trabalhar na lavoura. Apenas o filho mais velho casou e deixou a esposa e dois filhos (para tentar a sorte em São Paulo) aos cuidados do senhor Argemiro e da dona Josefa.



Essa família, assim como outras, tiveram seu modo de vida afetado em meio as grandes obras estruturantes, resultado de políticas territoriais fomentadas pela ADECE seguindo a lógica de políticas neoliberais.

Algumas famílias de agricultores foram indenizadas no processo de construção do CAC. Mas como se indeniza uma família que nunca possuiu terras? Não há como. Segundo o senhor Argemiro, o proprietário da terra em que ele produzia sempre se mostrou disposto a arrendar algumas tarefas de terra para sua família e outras, até o dia em que surgiu a notícia de que o governo do Ceará ia construir um canal que transportaria água do rio São Francisco e parte desse canal passaria por essas terras.

Logo, a família do senhor Argemiro e da dona Josefa se viram obrigados a deixar a pequena porção de terra que arrendavam, para tentar a sorte na zona rural de Potengi. Essas desigualdades sócioespaciais são amplificadas no processo de modernização da agricultura sob o discurso de que a agricultura familiar é atrasada (FERNANDES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE em 21 de outubro de 2007 fundamentada na Lei N° 13.960 de 04 de setembro de 2007 foi de fundamental importância para as ações do Estado que priorizaram interesses empresariais em vez das demandas sociais.

Há um discurso que serve a lógica acumulativa de capital sob a orientação de políticas neoliberais. Nesse viés a ADECE assumi papel de destaque fomentando a aplicação de políticas territoriais com suas grandes obras estruturantes: a construção da CE 292, duplicação da CE 293 e a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

Ademais, o discurso de modernização da agricultura que coloca a agricultura familiar como atrasada não passa de desculpa para favorecer empresários no desenvolvimento do agronegócio. Portanto, evidencia-se o gerenciamento do Estado em relação aos interesses do capital sob a lógica de políticas neoliberais.



REFERÊNCIAS

BRITO: Anderson Camargo Rodrigues **TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixo das Palmeiras, Crato/CE.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – CFCH Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2016. 308f. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18751>> Acesso em: 2021-09-12.

CASTRO, Cicero Luciano Ferreira de. **A (re)produção do espaço pautada nas dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha - Ceará.** 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-22032019-133541. Acesso em: 2021-06-14.

_____. Agronegócio, Trabalho e Políticas de Reestruturação no Sul do Estado do Ceará. **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul.** (RECIFE ONLINE) V. 1, n.3, 196-215, 2020.

CEARÁ. Lei Nº 13.960 de 04 de setembro de 2007. Autoriza o poder executivo a constituir a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 10 de setembro de 2007, série 2 Ano X Nº171 Caderno 1. p. 1-3

CORREA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana – Uma nota sobre as pequenas cidades.** Território, Rio de Janeiro, v.4 nº6, jan./jun. 1999. p.41-53

DE OLIVEIRA SANTOS, Elizete; LIMA, Luiz Cruz. REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO CEARENSE: SERVIÇOS MODERNOS EM EVIDÊNCIA NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS (Sociospatial restructuring in cearense territory: modern services in evidence in dynamic subspaces). **Acta Geográfica**, v. 6, n. 13, p. 59-76, 2012.

DIAS, Leila Cristina. Redes: emergência e organização. In CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (Org.): **Geografia: conceitos e temas**; 8ª Edição, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, p. 141-162. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina1. **Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN)**, p. 19, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. ADECE; Estratégias para o Agronegócio Cearense. 2012. 60p. Disponível em < <https://www.adece.ce.gov.br/2015/04/01/estrategias-do-agronegocio-cearense/>>. Acessado em 12 de setembro de 2021.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan et al. Região, Regionalização e Políticas Territoriais: Escalas, Experiências, Atores. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 57-76, 2016.

GONÇALVES, Claudio U.; OLIVEIRA, Cristine F. de. Rio São Francisco: As águas correm para o mercado. **Revista Boletim Goiano de Geografia** (Goiânia. Online). V. 29, n.2, 113-125, 2009



HARVEY, David. A Teoria Marxista do Estado In **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, 2ª edição Annablume, p. 73-92. 2005.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial. Crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

NOBRE, Francisco Wlirian: **Os Efeitos do Cinturão das Águas do Ceará - CAC no Distrito de Baixo das Palmeiras, Crato -CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte – Ceará, 2016. 203f.

RAFFESTIN, Claude. As Redes e o Poder In **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, p. 143-220.1993.

ROSSINI, Rosa Ester. O rural e o urbano/a cidade e o campo: suas relações com a força de trabalho e com a terra no estado de São Paulo e no Brasil de ontem e de hoje. **Revista Rural & Urbano**, v. 2, n. 1, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: HUCITC, 1994

_____. **O Espaço Dividido**. 2ª edição. Edusp. São Paulo 2004.

_____. **A Metamorfose do Espaço Habitado**. Edusp, 2012

_____. **Espaço e Método**. Edusp, 2012b.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4ª edição. Edusp. São Paulo 2014.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; LIMA, Luiz Cruz. A REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO APORTE METODOLÓGICO DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO CEARENSE. **Formação (Online)**, v. 2, n. 18, 2011.